

VI ENEI Encontro Nacional de Economia Industrial

Indústria e pesquisa para inovação: novos desafios ao desenvolvimento sustentável

30 de maio a 3 de junho 2022

Três experiências de inovação social em Santa Catarina

Hoyêdo Nunes Lins*

Resumo: Inovações sociais costumam resultar do interesse ou necessidade de grupos de atores na busca de melhorias nas condições que, mais ou menos problemáticas, lhes marcam ou condicionam a existência ou as atividades protagonizadas. Esse é o ângulo da abordagem sobre Santa Catarina disponibilizada neste estudo, em que se fala da maricultura de moluscos bivalves praticada sobretudo no litoral de Florianópolis, da agroecologia e do agroturismo desenvolvidos nas Encostas da Serra catarinense, tendo como ambiente principal o município de Santa Rosa de Lima, e das respostas de pequenos produtores rurais do Oeste de Santa Catarina às adversidades criadas pela reestruturação da agroindústria de carnes regional. Escorando o trabalho em pesquisa bibliográfica e documental, constroi-se o texto procurando deixar claro que é de inovação social que se trata nas três experiências. Tal inovação exhibe bases simultaneamente socioculturais e institucionais, e se apresenta impulsionada pela incidência de adversidades nos contextos em que floresceu.

Palavras-chave: Inovações sociais; Santa Catarina; Maricultura; Agroturismo; Associativismo

Código JEL: O35 L31 O17

Área Temática: 7.1 Tecnologias e Inovações Sociais e Ambientais

Three cases of social innovation in Santa Catarina

Abstract: In general, social innovations express the interest or need of actors regarding the search for improvements in their conditions of existence or work, conditions that may appear problematic. That is the approach employed in this study about Santa Catarina, in which attention is directed towards, firstly, bivalve mollusc production mainly on the coast of Florianópolis, secondly, agroecology and agrotourism carried out in the *Encostas da Serra* of Santa Catarina, especially in the municipality of Santa Catarina Rosa de Lima, and, thirdly, some responses of small rural producers of the west of Santa Catarina to problems caused by changes in meat processing activities operating in that region. The study is grounded on bibliographic and documental research, and the text is built as to argue that all the three experiences mean social innovation. Such experiences of innovation exhibit both sociocultural and institutional bases, and seem driven by the presence of adversities where they flourished.

Keywords: Social Innovations; Santa Catarina; Mariculture; Agrotourism; Associativism

* Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hnlins55@gmail.com.

1. Introdução

Talvez mais do que nunca na história do capitalismo, na atualidade, sob o signo da globalização, inovar constitui palavra de ordem e objetivo estratégico em diferentes meios. A forte intensificação da concorrência, por exemplo, é um poderoso vetor dessa proeminência. Nada autoriza surpresa a respeito desse entendimento, e assinalar tal importância da inovação beira mesmo a trivialidade.

Menos corriqueiro, aparentemente, é falar sobre inovação considerando não os imperativos da competição ou o empenho empresarial quanto ao reposicionamento nos mercados, entre outras coisas do mundo dos negócios. Chama a atenção o discurso sobre inovação em que o sentido do termo mostra-se vinculado à busca, por grupos sociais, de novas formas de atuar ou organizar as atividades tendo em vista a melhoria das condições vivenciadas ou o desenvolvimento de práticas diversas, ou ainda o enfrentamento de adversidades. Numa palavra, desperta interesse o sentido social da inovação, ou, para empregar o termo frequentemente utilizado na literatura correspondente, a inovação social.

É de inovação social que se trata neste artigo, cujo foco, em termos gerais, é o estado de Santa Catarina. Objetiva-se apresentar e discutir três experiências que, de acordo com o entendimento manifestado ao longo do estudo, representam ou significam inovações com esse perfil. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho aborda a maricultura de moluscos praticada sobretudo no litoral da capital catarinense; o binômio agroecologia-agroturismo desenvolvido notadamente no município de Santa Rosa de Lima, na área das Encostas da Serra catarinense; e o cooperativismo e associativismo protagonizados como reação de famílias de pequenos produtores rurais do Oeste catarinense às marcantes mudanças na agroindústria de carnes daquela região.

Esse triplo alvo significa que a pesquisa é simultaneamente multissetorial e multirregional, com alguma espessura histórica haja vista que os percursos das atividades foram particulares, alguns incrustados em processos longos, ainda que se possa referir às assinaladas inovações como ocorrências das últimas décadas.

O texto possui seis partes, incluindo esta introdução. Na segunda discorre-se sobre a problemática da inovação social em termos gerais, à guisa de enquadramento do trabalho. Na terceira fala-se da maricultura de moluscos (ostras e mexilhões) na área de Florianópolis, fundamentalmente. Na quarta dirige-se o olhar para a agroecologia e o agroturismo nas Encostas da Serra de Santa Catarina, destacando o papel de Santa Rosa de Lima, epicentro da experiência. Na quinta abordam-se as respostas de pequenos produtores rurais do Oeste catarinense, traduzidas em criação de agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação na escala comunitária, às consequências da reestruturação da agroindústria de carnes. Na última parte estão as considerações finais, com sistematização das questões tratadas no artigo e, principalmente, com indicação, para cada experiência, da base sociocultural, da base institucional e do contexto de crise dentro do qual a inovação social floresceu como reação.

2. Inovação social: perscrutando o sentido

Inovação social é termo não refratário a controversas, como tantos outros do discurso acadêmico e da prática política. Há mesmo quem considere que utilizá-lo significaria incorrer em redundância, pois as práticas inovadoras, quaisquer que sejam, frequentemente repercutem socialmente ou implicam atores sociais variados, como assinalado em Sharra e Nyssens (2010).

Contudo, ao menos desde o pioneiro estudo de Taylor (1970), prevalece o entendimento de que uma importante especificidade deve ser considerada a respeito de inovação social: a expressão é um guarda-chuva para “[...] atividades e serviços inovadores motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social, e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos objetivos principais são sociais” (MULGAN *et al.* 2007, p. 8, nossa tradução).

A contribuição de Mumford (2002, p. 253, nossa tradução) incorpora à formulação o sentido de compartilhamento, ao sublinhar que o termo “[...] refere à geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas deveriam organizar atividades interpessoais ou interações sociais para atingir um ou mais objetivos comuns.” Os resultados desse protagonismo inovador podem exibir largo escopo, do surgimento de novas ideias sobre organização social, ressoando em novas instituições sociais ou novos movimentos sociais, até a criação de novos processos ou procedimentos diversos, dizendo respeito a

trabalho colaborativo, práticas coletivas ou formas de fazer negócios.

Esses traços destoam do que se percebe como inovações, por assim dizer, tradicionais, movidas pela busca do maior lucro possível no âmbito empresarial, como ressalta e ilustra Morales Gutiérrez (2009). Assim, práticas de inovações sociais incluem, inclusive historicamente, auto-organização comunitária, cooperativismo/associativismo e ações coletivas para enfrentar problemas como doenças e lidar com a pobreza (procurando gerar ocupações e renda). Nessa perspectiva, seriam cinco os grupos de práticas em inovação social na atualidade. Essas práticas apresentar-se-iam como organizacionais (por exemplo, em voluntariado de natureza profissional), financeiras (microcrédito em primeiro lugar), comerciais (sobressaindo o “comércio justo”), ambientais (reciclagem, agricultura ecológica) e administrativas (orçamentos participativos) (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; MORALES GUTIÉRREZ, 2009).

A prática da inovação social cresceu internacionalmente sobretudo desde o começo do século XXI. Mostram-se subjacentes à expansão as tensões sociais e ambientais em escala global, representando motivações para projetos e processos sobre os quais cabe falar naqueles termos (ANDRÉ; ABREU, 2006; DOWBOR, 2007; FARFUS; ROCHA, 2007a). O reconhecimento da relevância da inovação social pontilha, deve-se igualmente sublinhar, o debate e a promoção do desenvolvimento local/regional (CASTOR, 2007). Os estudos editados por Farfus e Rocha (2007b) sobre experiências brasileiras constituem ilustrações, ecoando abordagens internacionais que abrangem, por exemplo, as problemáticas do desenvolvimento urbano alternativo à agenda neoliberal (como destacado em Moulaert *et al.* 2007) e do combate à pobreza no Terceiro Mundo (considerada em De Muro *et al.* 2007).

Pesquisas sobre desenvolvimento territorial com foco no meio rural têm destacada posição nessas abordagens. Com efeito, a formulação de Hillier, Moulaert e Nussbaumer (2004) sobre o significado da inovação social toca em importantes aspectos ou ângulos da teorização sobre desenvolvimento territorial rural, observada, por exemplo, em Schneider (2004). Na abordagem daqueles autores, protagonizar inovação social significa promover

[...] mudanças em nível tanto institucional como no dos comportamentos coletivos e individuais [...] que contribuem para a integração social. Deve-se compreender “instituição” no sentido mais amplo dessa definição: mecanismos e processos de socialização formal e informal que atingiram um certo nível de estabilidade e regularidade no tempo, e isso nas formas de *habitus*, leis e regras de comportamento e sanção, organizações na forma de multi agentes institucionalizados. (HILLIER; MOULAERT; NUSSBAUMER, 2004, p. 137, nossa tradução, grifo no original).

No meio rural, a inovação social pode se traduzir em governança capaz de promover a articulação de ações individuais, tendo em vista o desenvolvimento territorial, representando o bem comum em nível comunitário o seu alvo principal (MOYANO-ESTRADA, 2015). Uma judiciosa utilização dos vários recursos, promovida por instituições de caráter cooperativo e associativo, tem realce nesse processo. Seus resultados tenderiam a abranger, no meio rural, a maior

[...] solidez e união dos integrantes de uma comunidade, a construção de laços sociais, o fortalecimento da identidade regional, [...] o desenvolvimento de projetos comuns, a valorização da memória histórica e cultural, a geração de equidade e [...] o desenvolvimento de relações cívicas sãs e pacíficas. (SOTO; PINEDA; VARGAS, 2015, p. 88, nossa tradução).

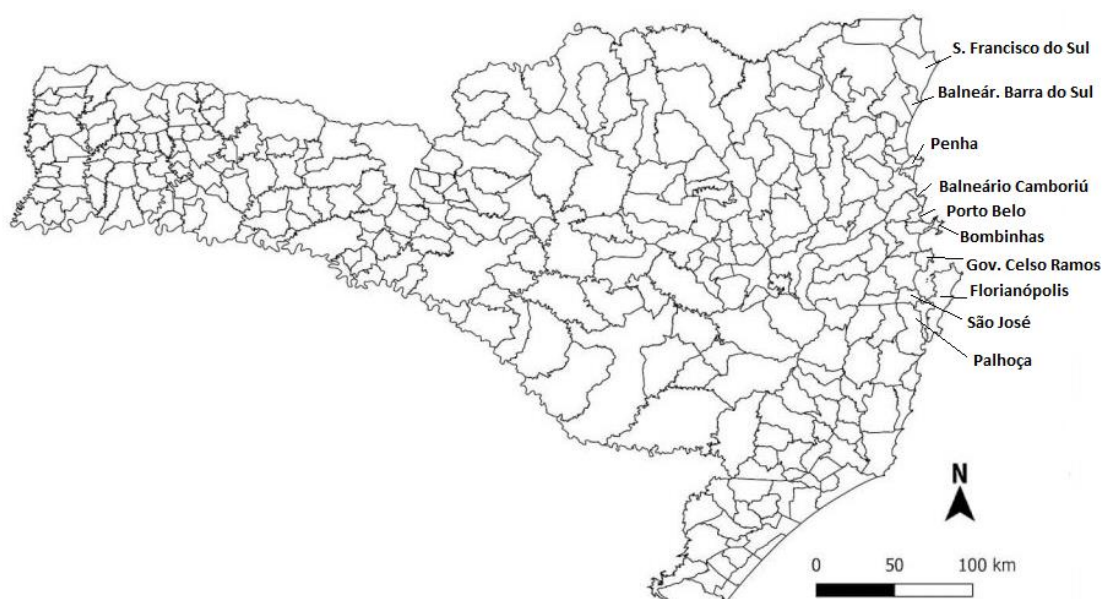
Iniciativas com vistas ao desenvolvimento territorial rural representam inovação social especialmente quando promovem mudanças nos comportamentos coletivos e individuais. Isso inclui repercussões no plano institucional, com o surgimento de governança sintonizada aos princípios norteadores das novas práticas. É importante que tais mudanças representem opções de reprodução social para os grupos implicados, em face de um histórico ou mesmo um circunstancial estreitamento das possibilidades locais.

3. Maricultura na área de Florianópolis

Setor de rápida expansão em termos mundiais, com grande participação de países asiáticos, a maricultura não passou ao largo do Brasil e, neste, de Santa Catarina. A extensa costa desse estado testemunhou o marcante desenvolvimento do cultivo de, antes de tudo, mexilhões e ostras, implicando um progressivo envolvimento de numerosas pessoas, com aumento de tamanho e multiplicação das áreas de produção, em diferentes localidades litorâneas.

Santa Catarina ganhou proeminência sobretudo em moluscos, mesmo que experiências em camarões e peixes tenham sido tentadas. O que de fato permitiu destaque nacional foi a ostreicultura, tanto que já em meados da década de 1990, quando a produção correspondia apenas a uma pequena fração do que se atingiu posteriormente, anunciava-se na imprensa nacional que a “ostra dá lucro no mar catarinense” (MIURA, 1996, p. 8). Essa modalidade da maricultura enraizou-se especialmente na área de Florianópolis, nas baías norte e sul que separam a Ilha de Santa Catarina do continente próximo – a localização aparece na Figura 1, onde são mostrados também outros municípios onde há cultivos. Essa área concentrou a correspondente produção, embora também no segmento de mexilhões sua presença chame a atenção: o município de Palhoça, localizado na Grande Florianópolis, respondeu sozinho por 72% da safra de 2019, o dado mais recente que foi possível obter (Tabela 1).

Figura 1 – Santa Catarina: localização dos municípios produtores de moluscos em 2019



Fonte: elaborado pelo autor sobre base cartográfica do IBGE

O surgimento da maricultura dos moluscos constitui uma inovação social. Uma nova atividade foi incorporada ao cotidiano de localidades tradicionais às voltas, historicamente, com desafiantes problemas na pesca artesanal, deparada com irrecusável declínio e o consequente abandono pelos contingentes mais jovens. Resultados repertoriados em estudos sobretudo acadêmicos sugerem reflexos socioeconômicos consideráveis e estimulantes, na esteira da veloz expansão exibida ao longo dos anos 1990 (MACHADO, 2002; GRAMKOW, 2002). Assinale-se que uma importante articulação de iniciativas e interesses subjaz à emergência e ao florescimento da atividade em foco.

Os atributos do referido território para a maricultura incluem enseadas de amplitude variável e boas águas, assim como localidades onde a pesca artesanal marca o dia a dia praticamente desde o grande fluxo de imigração açoriana e madeirense em meados do século XVIII. Uma forte cultura marítima e pesqueira caracteriza esses ambientes, refletindo-se em profundo conhecimento – acumulado e

transmitido de geração em geração – sobre marés, correntes e ventos, e igualmente sobre as condições litorâneas mais apropriadas às estruturas de produção.

Tabela 1 – Santa Catarina: produção de mexilhões e ostras por municípios em 2019

Municípios	Mexilhões		Ostras	
	Toneladas	%	Toneladas	%
Balneário Barra do Sul	0	0	8	0,3
Balneário Camboriú	15	0,1	5	0,2
Bombinhas	1.075	8,7	16	0,6
Florianópolis	907	7,4	1.716	60,1
Governador Celso Ramos	282	2,3	3	0,1
Palhoça	8.900	72,4	592	20,7
Penha	586	4,8	0	0
Porto Belo	68	0,5	26	0,9
São Francisco do Sul	222	1,8	15	0,5
São José	240	1,9	476	16,7
Total	12.295	100	2.857	100

Fonte: elaborado pelo autor com base em Síntese... (2021, p. 142-143)

Esses atributos foram valorizados pelas iniciativas dos dois principais organismos que se tornaram os pilares institucionais da maricultura no estado: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), embora outras tenham participado, inclusive de atuação internacional. Na primeira, o envolvimento remonta às pesquisas com ostras na década de 1980, implicando laboratórios e avanços em outras experiências (não sem frustrações) com tentativas, no percurso, de aprimoramento e diversificação abrangendo sobretudo mexilhões, além de disponibilização de formação acadêmica e profissional. Na EPAGRI, a precoce percepção de que o trabalho na UFSC poderia ajudar a promover as condições de comunidades pesqueiras em situação problemática, ensejou aproximação institucional traduzida até em formação de quadros. Esse órgão teve atuação decisiva na disseminação da nova atividade nas comunidades, por meio de extensionistas que mobilizavam interessados e ofereciam informação e assistência técnica.

Note-se que o envolvimento com os produtores, fértil para o acesso a conhecimentos tradicionais longamente sedimentados nesses locais, retroagiu sobre as pesquisas da UFSC, dando às experiências nas várias comunidades os contornos de ações coletivas com diversidade de atores (ROSA, 1997). A EPAGRI também atuou na organização dos produtores em associações e cooperativas, com instalação de unidades de beneficiamento de moluscos em algumas localidades.

Portanto, em Santa Catarina, a maricultura evoluiu em meio a importantes relações interinstitucionais e exibindo consequentes combinações de recursos ou atributos das áreas implicadas. A amplitude e a intensidade das logradas articulações representam aspecto maior da experiência como um todo. Seu resultado apresenta-se, postula-se aqui, como uma irrefutável inovação no litoral de Santa Catarina – um novo setor de atividades foi entronizado localmente, como já ressaltado –, possibilitada, ou pelo menos largamente sustentada e encorajada, por ligações interinstitucionais que se revelam, elas próprias, uma importante inovação.

O papel dos laboratórios da UFSC foi decisivo nessa trajetória, pois suas estruturas abrigaram e impulsionaram as pesquisas sobre tecnologias de cultivo. O problema da obtenção de sementes de moluscos mereceu especial atenção nessas atividades, seja com respeito a ostras – sobressaindo a produção das sementes e sua disponibilização aos ostreicultores – ou a mexilhões, cujo caráter de espécie nativa induz à raspagem nos costões (seus bancos naturais), uma prática representativa de riscos ambientais e que deveria ser substituída pelo uso de coletores artificiais, todavia pouco apreciados pelos maricultores devido à associada demora na obtenção das sementes.

Parcerias institucionais internacionais permitiram melhorar a infraestrutura laboratorial na UFSC, com novos equipamentos e transferência tecnológica, e intensificar a propagação de

conhecimento técnico, pelos intercâmbios realizados. Tal processo favoreceu desempenho expresso na produção e distribuição de sementes de ostras pela UFSC, por exemplo, ao mesmo tempo em que se almejava progressos na tentativa de reduzir a dependência dos produtores em relação a tais sementes: procurou-se desenvolver/adaptar tecnologia capaz de permitir aos ostreicultores o seu próprio abastecimento, por meio, por exemplo, do “assentamento remoto”.

Como se nota, aspecto central da inovação social em análise foi a urdidura da trama de relações que serviu de esteio ao setor e de instrumento para a promoção desta. Conforme acentuado, essa teia possui na UFSC e na EPAGRI os seus nódulos essenciais, a primeira atuando em pesquisa e desenvolvimento, e a segunda, sobretudo em extensão, disseminando e capilarizando os conhecimentos e práticas. Mas a rede envolve diferentes órgãos, residindo precisamente na integração interinstitucional – em atmosfera de, por assim dizer, responsabilidade compartilhada – o essencial dessa inovação.

Outro aspecto das interações, de grande relevância por razões quase evidentes, é que o desenvolvimento da maricultura ampliou o zelo para com o quadro ambiental litorâneo, tendo em vista que a qualidade das águas é essencial para a atividade. As providências a respeito transcenderam o tecido institucional correspondente (como o referente aos órgãos governamentais de diferentes esferas): com o engajamento de contingentes litorâneos à maricultura, o sentido de preservação ganhou força nas comunidades, havendo registros de iniciativas de monitoramento e controle de práticas como despejo de efluentes domésticos no mar, por exemplo, incluindo denúncias aos órgãos fiscalizadores.

Mas não estão ausentes elementos conflituosos no seio da atividade. Apesar das preocupações ambientais, a ocorrência em alguns casos de deposição das cascas dos moluscos nas praias, após o desconche (prática que tangencia o beneficiamento), a raspagem de costões, para extrair sementes de mexilhões, até quase o esgotamento dos bancos naturais, e a carga excessiva dos sistemas de cultivo em algumas áreas, afetando os ecossistemas e prejudicando a própria maricultura, são ilustrações de conflitos na relação entre as referidas práticas e o meio ambiente. E o próprio estabelecimento de áreas de cultivo, mesmo sob aprovação e monitoramento por parte dos órgãos de controle, não deixa de provocar conflitos de uso em certas circunstâncias, às vezes com desdobramentos (VINATEA, 2000).

4. Agroecologia e agroturismo nas Encostas da Serra catarinense

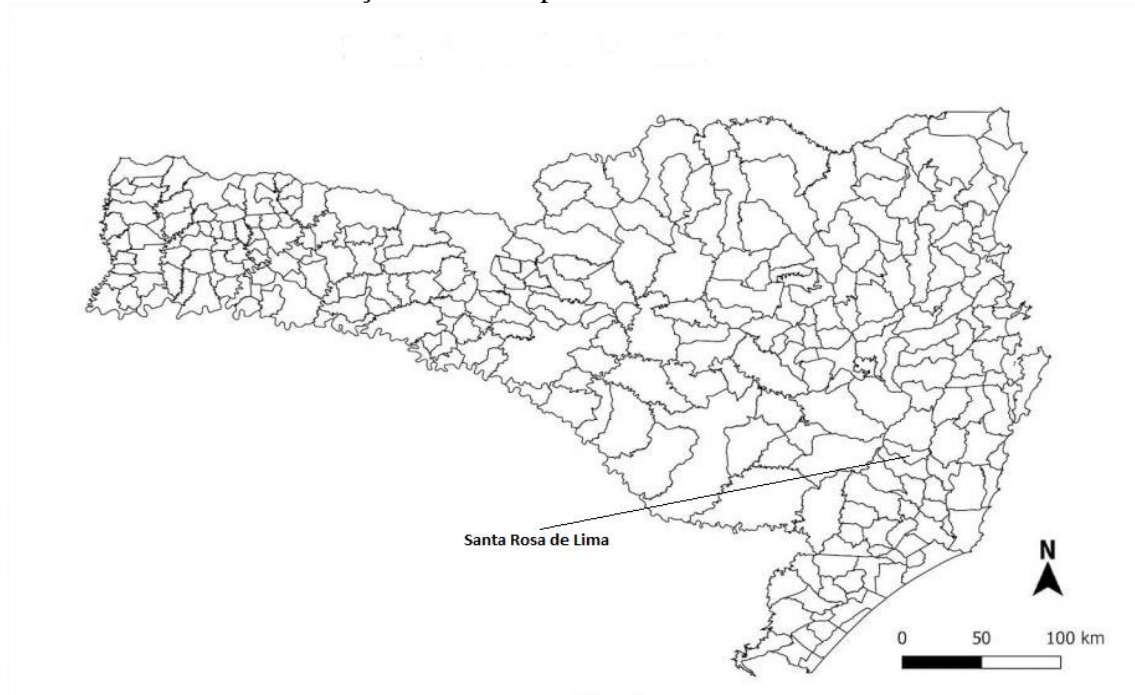
Agroecologia é termo polissêmico, segundo Wezel *et al.* (2009). Pode indicar disciplina científica, como observado em diferentes abordagens desde o início do século XX (WEZEL; SOLDAT, 2009); pode apontar movimento, relacionado aos movimentos ambientalistas que ganharam vigor desde os anos 1960; e pode representar princípio defensor da agricultura sustentável, um fator do desenvolvimento com tal perfil. O terceiro sentido remete a plano em que as práticas agroecológicas aparecem como “[...] novas, modificadas ou adaptadas que contribuem para uma agricultura mais amigável ambientalmente, ecológica, orgânica ou alternativa. São usadas para melhorar a agricultura tradicional ou nativa em países em desenvolvimento.” (WEZEL *et al.* 2009, p. 511, nossa tradução).

Esse tipo de agricultura existe há anos em Santa Catarina. Levantamento de 2001 detectou a sua presença em diversas propriedades rurais que produziam e comercializavam itens orgânicos, vegetais e animais, mobilizando mão de obra sobretudo familiar (OLTRAMARI; ZOLDAN; ALTMANN, 2000). Pesquisa de 2010 confirmou esse quadro, salientando a preponderância, em número de agricultores orgânicos, do espaço intitulado Unidade de Gestão Técnica (UGT) “Litoral Sul Catarinense”, da já mencionada EPAGRI, órgão do governo estadual responsável pelo estudo (ZOLDAN; MIOR, 2012).

Nas Encostas da Serra Geral catarinense, o município pioneiro nessas práticas agrícolas, e de longe o maior destaque em produção e comercialização dos respectivos itens, é Santa Rosa de Lima – cuja localização é mostrada na Figura 2 –, distante cerca de 120 km de Florianópolis e abrigando pouco mais de 2 mil habitantes no Censo Demográfico de 2010, a grande maioria no meio rural. A economia local, e da região como um todo, sempre teve na agricultura em pequenas propriedades familiares a sua base principal, desde a colonização iniciada em 1905 por imigrantes alemães e italianos ou por descendentes destes. Durante décadas houve cultivos e criação diversificados, em geral para subsistência, mas estímulos fizeram o plantio de fumo crescer nos anos 1980, com repercussões ambientais devido ao desmatamento e o uso de pesticidas (CABRAL, 2004).

Posteriormente, a expressiva contração dessa atividade provocou saída de população da região e instalou quadro de crise que forçou a busca de alternativas, redundando em encorajamento, na década de 1990, à pecuária leiteira e à produção de laticínios. A combinação de atributos locais com a circunstância de crise representou a base sobre a qual se deu uma “guinada agroecológica” em Santa Rosa de Lima, daí se espalhando. Esses atributos referem-se às condições naturais da região, caracterizada como importante corredor ecológico, e a aspectos socioeconômico e histórico-culturais em meio aos quais desponta a própria tradição agrícola protagonizada em pequenas propriedades, com importantes interações em nível comunitário.

Figura 2 – Santa Catarina: localização do município de Santa Rosa de Lima



Fonte: elaborado pelo autor sobre base cartográfica do IBGE

Esses atributos, em área muito marcada pelos efeitos da crise da fumicultura, influenciaram a opção agroecológica local e sua trajetória. Papel decisivo foi desempenhado pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), criada em 1996, cujos associados rapidamente cresceram em número nos primeiros anos (SCHMIDT *et al.*, 2002). As atividades da AGRECO promoveram interações entre as famílias de produtores, pois era preciso convergência na articulação da produção individual com as possibilidades de comercialização, em meio a desafios consideráveis sobretudo para a distribuição dos produtos.

Participaram do desenvolvimento dessa agroecologia pesquisadores ou técnicos das já mencionadas UFSC e EPAGRI e do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (CEPAGRO), assim como da prefeitura de Santa Rosa de Lima. Também cumpriu papel relevante o financiamento para pequenas indústrias rurais permitido por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como salientado em Guzzatti (2010). As operações das (pequenas) agroindústrias representaram importante avanço, permitindo agregação de valor e reposicionamento local em termos produtivos e comerciais. Uma variada gama de alimentos orgânicos ganhou disponibilidade, conforme a página da AGRECO na internet (www.agreco.com.br), com comercialização em vários estados por meio da Cooperativa de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (COOPERAGRECO), criada em 2009.

Essa agroecologia ensejou o surgimento do agroturismo, modalidade turística cuja base de

atração são as atmosferas agrárias ou campestres, com seus costumes e práticas tradicionais. Em geral, observam-se nesse turismo reflexos como valorização de produtos locais, em estruturas agrícolas e agroindustriais familiares ou comunitárias, e promoção de ofertas de lazer, escoradas no patrimônio socioambiental, que incluem participação na faina diária das propriedades e em manifestações culturais.

Nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina, esse tipo de turismo é indissociável das atividades da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, criada em 1999. Mostrou-se decisiva a atração exercida pelos produtos e práticas da agroecologia, provocando visitas frequentes ao local – de pesquisadores, de comerciantes – que resultaram em fluxos percebidos como possibilidades para pequenos negócios em hospedagem e alimentação. Nesse contexto, propriedades rurais associadas à AGRECO envolveram-se em promoção do agroturismo, com apoios institucionais diversos, até mesmo do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Tudo isso culminou na criação da mencionada Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

Informações na página da Acolhida na internet (www.acolhida.com.br) ressaltam que, para fazer parte da entidade, as propriedades familiares precisam compartilhar princípios e práticas de sustentabilidade. Em fevereiro de 2022 havia, na região das Encostas da Serra, 27 propriedades registradas na Acolhida, a maioria em Santa Rosa de Lima, com atividades que incluíam hospedagem, disponibilidade de refeições, visita com compra de produtos locais e passeios. Mas a Acolhida também se projetou em outras regiões do estado. No total, 71 propriedades ou destinos turísticos encontravam-se relacionadas à instituição em fevereiro de 2022 (Tabela 2).

A presença em vários municípios sugere expansão e robustecimento da Acolhida e do agroturismo. Há de ter contribuído o Fundo Generosidade, concebido e operacionalizado pela instituição para promover a atividade nas propriedades, mediante financiamento de investimentos em tecnologia, infraestrutura ambiental, equipamentos de lazer e edificações, assim como compras de insumos para as atividades e o atendimento de outras necessidades do agroturismo. Seu funcionamento envolve o sistema da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Inscrições ao Programa Acolhida Empreendedora são abertas anualmente para atrair projetos de pequenos negócios vinculados ao agroturismo, com acenos de benefícios em termos de prazos de carência e ressarcimento.

Em suma, na esteira do destaque adquirido pelo crescimento da agroecologia, o agroturismo foi introduzido nas Encostas da Serra Geral de Santa Catarina a partir de experiências pioneiras em Santa Rosa de Lima. Considerando o assinalado no começo do artigo, postula-se que o surgimento das práticas agroecológicas na região representa inovação social, pois novas ideias sobre produção primária e agroindustrial passaram a permear atitudes com objetivos comuns na busca de alternativas perante às adversidades. Cabe dizer o mesmo sobre o agroturismo: as respectivas ações refletiram o entendimento coletivo de que era preciso diversificar a economia para aumentar as chances em geração de renda e ocupação, em harmonia com princípios de sustentabilidade. A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, pilar desse processo, galvanizou tal orientação, como fez a AGRECO sobre a agroecologia.

Na opção local pela agroecologia e pelo agroturismo, a AGRECO e a Acolhida formam o principal esteio institucional dos respectivos processos. Sobre a Acolhida, especificamente, é sugestivo que tenha recebido o Prêmio FINEP de Inovação 2014 – Categoria Tecnologia Social, na etapa regional sul dessa premiação. Seu papel na promoção de condutas individuais permeadas dos sentidos de sustentabilidade e compartilhamento há de ter influenciado esse resultado. Com efeito, não parece equivocado assinalar que governança, cooperação e compartilhamento têm presença nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina, por conta de interações entre famílias ligadas à agroecologia e ao agroturismo, e destas com as referidas instituições.

Pesquisas de campo realizadas na área puderam registrar essas interações, como em Freitag (2007) e Slapnicka (2008). Aparentemente, ganhou vulto a percepção de benefícios conjuntos, sobre os quais informações coletadas junto a algumas experiências auxiliam a observar o significado. Macedo (2012), por exemplo, debruçou-se sobre propriedades com produção agrícola e pequena transformação agroindustrial, protagonizadas de forma sustentável, paralelamente a atividades de hospedagem ou alimentação. Itens como mel e subprodutos da cana de açúcar tinham certificação agroecológica e eram comercializados pela AGRECO. Outros, como conservas, doces, cucas e licores, eram produzidos em consórcios familiares. A produção agrícola envolvendo principalmente feijão, legumes e hortaliças

destinava-se à subsistência e à comercialização, e também escorava as atividades de recepção turística. Investimentos em instalações novas para receber turistas tinham sido realizados, permitindo aprimoramentos na hospedagem e a própria expansão de capacidade das estruturas utilizadas.

Tabela 2 – Santa Catarina: propriedades rurais familiares vinculadas à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (situação em fevereiro de 2022)

Localização: “regiões” e municípios	Propriedades rurais registradas na Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia	
	Número de propriedades	%
<i>Encostas da Serra Geral</i>		
Anitápolis	6	8,4
Grão Pará	2	2,8
Gravatal	1	1,4
Imbituba	1	1,4
Rancho Queimado	1	1,4
Rio Fortuna	1	1,4
Santa Rosa de Lima	10	14,1
São Bonifácio	5	7,0
<i>Total da área</i>	<i>27</i>	<i>38,0</i>
<i>Região Ibirama</i>		
Ibirama	1	1,4
Presidente Nereu	2	2,8
Witmarsum	2	2,8
<i>Total da área</i>	<i>5</i>	<i>7,0</i>
<i>Regional Vale dos Imigrantes</i>		
Agrolândia	3	4,2
Agronômica	1	1,4
Lontras	1	1,4
Rio do Sul	1	1,4
<i>Total da área</i>	<i>6</i>	<i>8,4</i>
<i>Regional de Ituporanga</i>		
Atalanta	1	1,4
Aurora	5	7,0
Vidal Ramos	3	4,2
<i>Total da área</i>	<i>9</i>	<i>12,7</i>
<i>Serra catarinense</i>		
Alfredo Wagner	7	9,9
São Joaquim	4	5,6
Urubici	14	19,7
<i>Total da área</i>	<i>15</i>	<i>21,1</i>
<i>Serra do Rio do Rastro</i>		
Lauro Müller	4	5,6
<i>Total da área</i>	<i>4</i>	<i>5,6</i>
<i>Grande Florianópolis</i>		
Florianópolis	2	2,8
<i>Total da área</i>	<i>2</i>	<i>2,8</i>
<i>Encantos do Quiriri</i>		
Campo Alegre	3	4,2
<i>Total da área</i>	<i>3</i>	<i>4,2</i>
TOTAL	71	100

Fonte: elaborado pelo autor com dados de Acolhida na Colônia (2022)

Os sentido de cooperação e solidariedade entre os proprietários foram captados em alguma

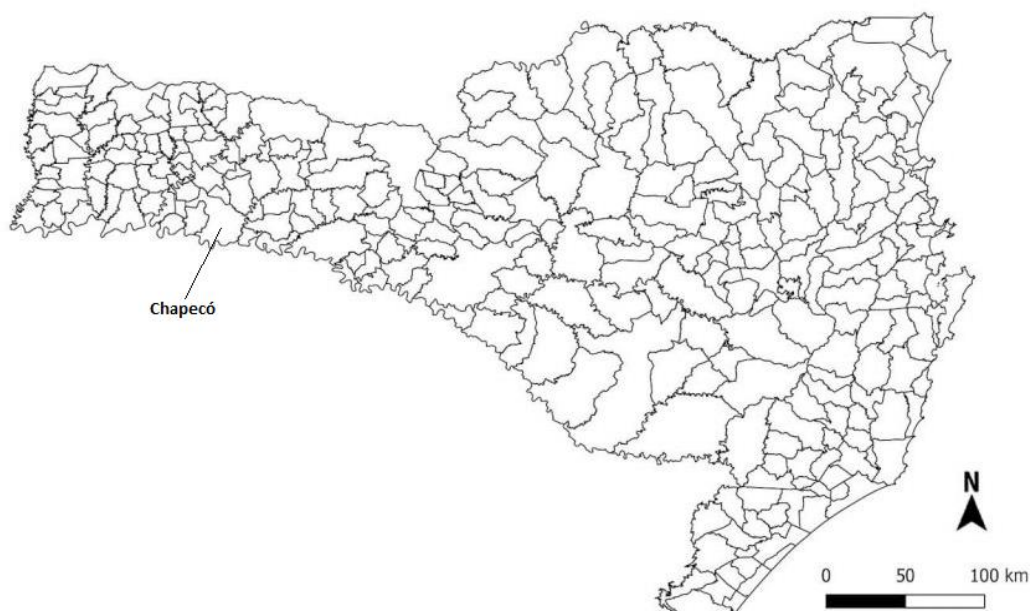
medida, mesmo que mais avanços em ações coletivas (como em compras conjuntas de itens diversos) fossem apontados como necessários, percebidos como prováveis origens de benefícios mais amplos (SLAPNICKA, 2008). Seja como for, as pesquisas sugerem que o agroturismo influenciou a composição da renda familiar nas propriedades, e que a venda de produtos de origem agroecológica lhe é complementar. Alguns proprietários envolvidos responderam positivamente quando indagados se o diferencial de renda propiciado pela nova atividade havia permitido gastos expressivos: foram assinalados investimentos em capacidade para receber turistas e mesmo compra de veículos (MACEDO, 2012).

Mas nem todas as famílias ligadas à Acolhida e à AGRECO usufruíam de melhoramentos efetivos, o que indica heterogeneidade na situação das propriedades que protagonizaram essas inovações sociais (agroecologia e agroturismo). Outro aspecto é que, se a agricultura baseada em princípios ecológicos e o agroturismo tornaram-se novas fontes de renda, também passaram, na mesma medida, a gerar preocupações nas famílias, de acordo com Arnhold Jr. (2006). Entre os motivos estariam as dívidas contraídas por algumas para fazer frente à necessidade de conservar e aprimorar os equipamentos, em que pese, por exemplo, a existência do mencionado Fundo Generosidade, com suas facilidades.

5. Cooperativismo e associativismo no Oeste catarinense

A agroindústria de carnes (suínos, aves) é o principal esteio, historicamente, da economia do Oeste catarinense, cuja principal cidade é Chapecó – apontada na Figura 3. A base do setor foi (e é) o sistema de integração entre atividades de processamento e de criação de animais para abate, estas realizadas nas propriedades participantes das redes ou cadeias de abastecimento. A modernização dessa agroindústria, liderada por grandes empresas produtoras e exportadoras, foi seletivo e excludente, nutrindo percepção, incrustada no tecido social e político local desde pelo menos a década de 1990, de que se vivenciava inquietante quadro de crise na região (THEIS; NODARI, 2000).

Figura 3 – Localização de Chapecó, município mais populoso do Oeste de Santa Catarina



Fonte: elaborado pelo autor sobre base cartográfica do IBGE

A referida modernização da agroindústria veio a reboque de imperativos da concorrência, na

escala internacional, que forçaram as empresas a atualizar tecnologia, inovar em produto (com diversificação) e rever a organização da produção, incluindo o próprio sistema de integração. Assim, à medida que as empresas incorporavam tecnologia e avançavam em mercados de exportação, exerciam mais pressão sobre os produtores rurais integrados.

Todavia, muitos produtores não conseguiram atender às novas exigências, e por conta disso foram desligados dos vínculos de integração. As dificuldades amargadas nessas propriedades redundaram, em diversos casos, em abandono da atividade e venda de patrimônio, cevando, como reflexo, a concentração no setor (PLEIN, 2006). Vários municípios da região testemunharam o engrossamento da emigração, em algumas circunstâncias com ampla saída de população. As maiores cidades mais próximas serviram como destinos ao menos temporários desses fluxos, mas a geografia revelou-se abrangente, atingindo o litoral de Santa Catarina, entre outras latitudes.

A mencionada reestruturação produtiva, com suas consequências ao nível das propriedades rurais, encapsulou o essencial das mudanças que alimentaram a percepção de crise regional em meados dos anos 1990. Mas também questões ambientais estavam presentes. Em diferentes municípios detectava-se comprometimento dos mananciais de água, entre outros motivos devido à maior escala produtiva, favorecida pela concentração das atividades em propriedades de grande porte. O nível de contaminação superava o limite aceito internacionalmente, e refletia também problemas de estocagem dos dejetos de animais nas esterqueiras (ASSIS; MURATORI, 2007).

Igualmente contribuíam para a percepção de crise os investimentos extralocais das principais agroindústrias da região, ensejando análises em que sobressaía a expressão “desindustrialização regional”, na esteira de alertas como em Helfand e Rezende (1999). Por exemplo, a empresa Perdigão (depois fundida com a Sadia) instalou um grande complexo de processamento de carnes no sudoeste de Goiás, no final dos anos 1990, e a Sadia projetou-se em localizações no Mato Grosso e em Pernambuco. Esses movimentos representaram elevação nos patamares de modernização tecnológica dos produtores integrados, para o que igualmente concorreram investidas internacionais com repercussões nas cadeias produtivas brasileiras, como ressaltaram Veiga e Rios (2016). Uma ilustração foi a compra pela Brasil Foods, em 2017, da Banvit, empresa líder no segmento de carne de frango na Turquia (BRF..., 2017).

Contudo, as empresas da região não deixaram de investir no Oeste catarinense, e isso ajudou a preservar a existente estrutura industrial. Assim, seja quanto a empregos formais ou a desempenho exportador, as atividades de abate de aves e suínos e de preparação de produtos de carnes, por exemplo, carros chefes regionais, continuaram a mostrar vigor, mesmo em meio às circunstâncias que levavam a falar em crise (LINS, 2017). Note-se ainda que a produção de laticínios cresceu fortemente, refletindo o seu papel de opção para produtores desligados dos vínculos com as agroindústrias de carne. A produção de leite representou alternativa, particularmente nas pequenas propriedades rurais afetadas, porque sua existência era disseminada (ainda que em pequena escala ou, historicamente, para consumo familiar) e acenava com regularidade no ingresso de receita (TESTA *et al.*, 2003). É eloquente que a região tenha se tornado a principal produtora de leite em Santa Catarina, conforme Síntese...(2016), entre outros.

Interessa sobretudo enfatizar, tendo em vista o objetivo do estudo, a reação às adversidades no segmento mais afetado pelas mudanças na agroindústria de carnes. Esse é o plano em que se pode perscrutar a efetiva manifestação de inovações sociais na realidade socioespacial considerada. Assim, deve-se assinalar que, perante o que se percebia como crise, floresceram no Oeste catarinense ações caracterizadas por condutas típicas de uma, por assim dizer, cultura rural ou ruralidade. Aspecto a destacar é o binômio solidariedade-reciprocidade, com mutirões e outras práticas coletivas, à imagem do que pontilhara a rotina dos grupos que colonizaram o Oeste no início do século XX – descendentes de imigrantes alemães e italianos vindos do noroeste gaúcho, no essencial. A continuidade da tradição associativa foi ajudada pela religiosidade da população, expressa desde os primórdios na assiduidade aos cultos e às atividades sociais das igrejas dos municípios. Interações envolvendo trocas de experiências foram assim facilitadas, estimulando ações conjuntas para encarar problemas (POLI, 2002).

No referido contexto de transformações na agroindústria, as relações comunitárias favoreceram busca de alternativas que incluíssem iniciativas de associação/cooperação. Tiveram papel destacado nesse processo os serviços de extensão rural, que desde os anos 1980 promoviam ações coletivas entre agricultores, os resultados das quais incluísam “condomínios” de suinocultura. Iniciativas desse tipo, com

alcances e desenhos variados, foram observadas em muitos municípios na conjuntura de crise, segundo Schmidt *et al.* (2002).

Um importante movimento ganhou contornos cada vez mais claros, vicejando em meio às dificuldades: multiplicaram-se as agroindústrias rurais familiares e as redes de cooperação – implicando associações, condomínios e cooperativas – formadas por grupos que procuravam alternativas na própria região. A Tabela 3 retrata a incidência dessas ações no ano de 2010, no Oeste catarinense e em escala estadual, conforme detectado em pesquisa da EPAGRI (MARCONDES *et al.*, 2012). O Oeste como um todo abrigava 44,1% dessas agroindústrias e mais da metade de tais redes de cooperação operando no estado; nessas redes, era especialmente forte a concentração no Oeste das cooperativas e associações.

Tabela 3 – Santa Catarina e Região Oeste: agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação – 2010

		Santa Catarina	Meio Oeste	Oeste	Extremo Oeste	Total do Oeste
Agroindústrias rurais familiares	Nº	1.894	341	234	261	836
	%	100	18,0	12,3	13,8	44,1
Redes de Cooperação	Asso- ciações	Nº	263	7	18	107
		%	100	2,7	6,8	40,7
	Condo- mínios	Nº	28	1	8	10
		%	100	3,6	3,6	28,6
	Coope- rativas	Nº	205	68	30	33
		%	100	33,2	14,6	16,1
Total de empreendimentos	Total de redes	Nº	496	76	49	148
		%	100	15,3	9,9	29,8
		Nº	2.390	417	283	409
		%	100	17,4	11,8	17,1

Fonte: Marcondes *et al.*, (2012), p. 7 e 27

Obs.: A divisão região do oeste catarinense refere-se às Unidades de Gestão Técnica (UGT) da EPAGRI: UGT 1: Oeste Catarinense, UGT 2: Meio Oeste Catarinense, UGT 9: Extremo-Oeste Catarinense

Atingir pluriatividade e agregação de valor nas pequenas propriedades constituiu objetivo central nessa espécie de reconversão, refletindo-se em proliferação de queijarias, abatedouros e panificadoras, entre outras atividades que também resultavam em conservas, doces, biscoitos, açúcar mascavo e sucos. Isso envolvia mão de obra familiar e tinha o apoio de instituições como a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (MIOR, 2005; KUNZLER; BADALOTTI, 2014). Essa produção, que floresceu sobretudo em propriedades excluídas da integração agroindustrial, tem mirado o mercado local-regional e informal. Sobre o segmento de leite e derivados, Wilkinson e Mior (1999, p. 38) avaliaram tratar-se de “[...] um mundo de produção e consumo que combina produção própria, venda entre vizinhos e colocação em diversos pontos de vendas [...], muitas vezes como prolongamento de laços pessoais e de parentesco.” Merece realce que, além de representarem opções para agricultores, essas ações ajudam a preservar atividades tradicionais, praticadas desde o início da colonização, segundo Dorigon (2010). Daí que uma inovação social estribada em atributos históricos e socioculturais – proliferação de agroindústrias rurais familiares e de redes de cooperação em meio à crise – mostrou-se apta a contribuir para conservar e talvez robustecer elementos que lhe constituíram a própria base.

O papel das agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação, que adquiriram visibilidade mormente no Oeste de Santa Catarina, chamou a atenção até no plano internacional. Entre 2010 e 2016, foi executado o Programa Santa Catarina Rural, conhecido como SC Rural, uma parceria entre o Banco Mundial e o governo catarinense. O objetivo básico era aumentar a renda nas propriedades rurais, mediante iniciativas que incluíam a promoção do cooperativismo/associativismo e do turismo rural, conforme o *site* do programa na internet (www.scrural.sc.gov.br). Em agosto de 2016 a EPAGRI divulgou uma avaliação dos resultados, baseada em pesquisa direta conduzida em 2015 em numerosos municípios, a grande maioria no Oeste catarinense. Em regra, constataram-se efeitos positivos, como

elevação no valor das vendas e na qualidade dos produtos, assim como melhorias em armazenagem e logística, embora ainda persistissem problemas carentes de um adequado tratamento (AVALIAÇÃO..., 2016).

Cabe assinalar que a inovação social manifestada nas agroindústrias rurais familiares e nas redes de cooperação surgidas ou fortalecidas no Oeste catarinense deve ser colocada em perspectiva. Em 1995 foi criado o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI), na Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), a vitalidade do qual foi impulsionada com o surgimento do Instituto de Desenvolvimento Regional – SAGA. Braço operacional do primeiro, o SAGA deveria promover a integração das organizações sociais e econômicas regionais, planejar e executar ações voltadas ao desenvolvimento e, de um modo geral, contribuir no estímulo à economia.

Os projetos executados pelo FDRI/SAGA, que tiveram a participação de diversas instituições, englobaram notadamente iniciativas sobre consórcio e tutela envolvendo produtos agrícolas regionais, marca regional para produtos, observatório econômico e oferta de crédito e, igualmente, capacitação profissional. Logrou especial repercussão o projeto da marca regional, representando possibilidade de adoção para produtos agrícolas ou agropecuários disponibilizados com base na utilização de disciplinas de produção pelos agricultores ou beneficiadores interessados. A marca guarda-chuva histórica é Castália, de propriedade do SAGA, e seu uso é franqueado pela adesão às mencionadas diretivas de produção. No *site* do SAGA diz-se que os programas em execução no seu âmbito, no início de 2022, miram o crescimento econômico pelo impulso à produção agroecológica orgânica, ao artesanato e até à piscicultura, entre outras atividades (SAGA, 2022).

Deve-se assinalar, contudo, que as ações do FDRI foram inibidas pelo modelo administrativo adotado pelo governo de Santa Catarina a partir de 2003, estruturado em Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), tornadas Agências de Desenvolvimento Regional em 2016. Esse modelo deixou de existir na atual administração estadual, mas na sua vigência ocupou o espaço institucional dos fóruns regionais (FILIPPIM; ABRUCIO, 2010). Assim, por conta de orientação que inclusive favorecia medidas conflitantes nessa escala (DAMO, 2006), o modelo de gestão – que era também, segundo divulgado oficialmente, de promoção do desenvolvimento regional – associado às SDR afetou o FDRI/SAGA. Mesmo assim, o Instituto SAGA permaneceu em atividade, e com vigor, a julgar pelas informações disponíveis na sua página na internet (SAGA, 2022).

Situar a inovação social aqui focalizada requer também assinalar que a tradição cooperativista ou associativista do Oeste catarinense igualmente se revela – ou se expressa – nas atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Deste a sua criação, no começo dos anos 1980, esse movimento sempre precisou enfrentar os tipos de problemas que afetam as atividades dos agricultores pobres, razão pela qual a cooperação foi adotada como estratégia. Essa prática lhe permitiu posição de realce no mundo rural catarinense, especialmente na região Oeste.

Com efeito, várias associações de produtores foram criadas nos assentamentos do MST, apoiadas em ações de serviços públicos de extensão rural e de sindicatos de trabalhadores rurais (SCHMIDT *et al.*, 2002). Em algumas iniciativas, transcendeu-se a busca da sobrevivência como escopo básico das medidas e se progrediu para estruturas mais fortes em termos econômicos, com seus resultados. Constitui ilustração a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste), criada por assentados do MST em São Miguel do Oeste. Nessa cooperativa surgiu a Laticínios Terra Viva, produzindo leite tipo C, leite longa vida, bebidas lácteas, creme de leite e queijos, com matéria prima canalizada de numerosos agricultores, uma estrutura geradora de dezenas de empregos. Já no seu início, nos anos 1990, a Laticínios Terra Viva era referida como ilustração do que era possível fazer em assentamentos do MST, inclusive pelo fato de seus produtos terem atingido outros mercados além dos regionais. Marcou essa progressão o aproveitamento de oportunidades inclusive internacionais, envolvendo parcerias com cooperativas de países vizinhos, resultados que estimularam outros assentamentos do MST quanto à industrialização de leite.

6. Considerações finais

Pretendeu-se neste estudo descrever, tecendo considerações analíticas a respeito, três experiências de

busca de melhorias nas condições de reprodução social de contingentes específicos, geográfica e setorialmente falando: famílias de pescadores artesanais instaladas principalmente no litoral da Grande Florianópolis, pequenos produtores rurais e seus familiares atuando na área das Encostas da Serra, na face leste de Santa Catarina, e praticantes de agricultura familiar e criação de animais localizados no Oeste do estado. No primeiro caso, a procura frutificou em adesão ao cultivo de moluscos, notadamente ostras e mexilhões. No segundo, o resultado foi o enraizamento da agroecologia e, a reboque, do agroturismo. No terceiro, numerosas famílias criaram, em clima de ações coletivas e solidariedade, pequenas agroindústrias rurais e redes de cooperação abrigando cooperativas, associações e condomínios.

Em todos os casos, situações de adversidade estimularam o descortinamento de opções. A contração das possibilidades na pesca artesanal, provocando o abandono da atividade em comunidades litorâneas, permeou a primeira experiência. Na segunda, a crise da fumicultura, à qual haviam aderido anteriormente numerosos agricultores das Encostas da Serra, nutriu saídas de contingentes que impuseram a necessidade de encontrar alternativas. Na terceira, a reestruturação da agroindústria de carnes, pilar histórico da economia do Oeste catarinense, deixou à deriva muitas famílias em diversos municípios, provocando emigração e esvaziamento, e, portanto, levando à idealização e execução de medidas.

Os três casos constituem, postula-se no estudo, ilustrações de inovação social, conforme o sentido explorado no começo do artigo. Perante a urgência imposta pelas situações adversas nas áreas implicadas, ações coletivas das quais não estavam ausentes os sentidos de compartilhamento e solidariedade foram protagonizadas. Instituições desempenharam importante papel, no conjunto autorizando falar em governança apta a canalizar comportamentos e a promover as atividades correspondentes em cada cenário.

É importante sublinhar que as referidas iniciativas de inovação social tiveram (e têm) bases sociais e culturais específicas. No tocante à maricultura, trata-se do que se encontra impregnado no conjunto de comunidades litorâneas que pontilham especialmente a costa norte de Santa Catarina, com tradição marítima e pesqueira – e acúmulo de conhecimentos a respeito, transmitidos de geração em geração – cujas origens remontam à colonização açoriana e madeirense em meados do século XVIII. Nas Encostas da Serra, a base é uma miríade de pequenas propriedades rurais, operadas por descendentes de colonos de origem principalmente alemã e italiana, que desde sempre comungam certos princípios comunitários, inclusive envolvendo compartilhamentos. No Oeste catarinense, tem-se ruralidade, com suas tradições e condutas, expressa na presença de numerosos pequenos proprietários rurais, descendentes de colonos que, eles próprios descendentes de imigrantes alemães e italianos, instalaram-se na região já no século XX; nesse contingente galvanizou-se historicamente a experiência de criação de animais para suprir a agroindústria de carnes em meio a vínculos de integração.

O Quadro 1 sintetiza esses aspectos das experiências estudadas. São incluídas também anotações sobre a base institucional dessas inovações sociais: a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) sobressaem indiscutivelmente no primeiro caso; a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) e a Acolhida na Colônia, despontam no segundo; e a EPAGRI, ao lado do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI) e do Instituto de Desenvolvimento Regional (SAGA) –, além de outras entidades, merece o maior realce no terceiro. Perante o infortúnio, em cada contexto, esse multifacetado tecido institucional abrigou, promoveu ou desencadeou ações que desaguaram, de uma forma ou de outra, nas referidas inovações sociais. Os resultados atingidos, também mencionados no quadro, foram considerados, ou ao menos tangenciados, no corpo do artigo.

A pesquisa estaria a sugerir, para possíveis outras investidas na problemática da inovação social em circunstâncias mais ou menos semelhantes às que caracterizaram as três experiências exploradas, que examinar a base sociocultural, quer dizer, levar em conta a história, considerar o papel das instituições e perscrutar o contexto – como a presença de crises ou o acúmulo de adversidades junto a grupos sociais e em locais ou regiões –, conjugam-se como tipo de procedimento capaz de frutificar analiticamente. Sem que isso represente, por assim dizer, uma metodologia, acredita-se ter utilidade uma tal configuração de investigação a respeito de inovação social. E seria equivocado insinuar que esses

mesmos aspectos poderiam/deveriam ser cuidadosamente considerados na formulação ou execução de políticas e medidas destinadas a promover tal inovação?

Quadro 1 – Síntese de alguns elementos de observação das experiências de inovação social abordadas

Itens de observação	Maricultura na área de Florianópolis	Agroecologia e agroturismo nas Encostas da Serra	Cooperativismo e associativismo no Oeste
Base social e cultural	Comunidades litorâneas de tradição pesqueira artesanal; herança da colonização açoriana e madeirense no século XVIII; conhecimento tradicional acumulado	Pequenos proprietários rurais com histórico de produção agrícola; descendentes de imigrantes alemães e italianos no século XIX; sentido comunitário	Pequenos proprietários conhecedores da integração à indústria; ruralidade ligada à colonização por descendentes de alemães e italianos no começo do século XX
Base institucional	UFSC, EPAGRI, Associações	AGRECO, Acolhida na Colônia, outros	EPAGRI, FDRI, SAGA, outros
Circunstâncias adversas na origem	Forte declínio da pesca artesanal; abandono das localidades pelos jovens, pela contração de possibilidades de reprodução	Crise da produção agrícola familiar; esgotamento de opções anteriores, como na fumicultura; evasão populacional	Efeitos das mudanças na agroindústria de carnes; desligamento de propriedades integradas; emigração; esvaziamento
Resultados mais aparentes da inovação social	Multiplicação dos maricultores; aumento da produção e comercialização; efetivo enraizamento de uma nova atividade litorânea	Multiplicação das propriedades envolvidas na agroecologia e no agroturismo; novas oportunidades em renda e ocupação	Multiplicação das cooperativas e associações; expansão das agroindústrias rurais familiares; vínculos comerciais teriam crescido

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa que deu origem ao artigo

Referências

ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Dicas de viagem da Acolhida na Colônia em Santa Catarina**. Santa Rosa de Lima: Acolhida na Colônia, 2022. Disponível em: <https://acolhida.com.br/propriedades/> Acesso em: 26 fev. 2022.

ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. XLI, n. 81, p. 121-141, 2006.

ARNHOLD JR. M. **Turismo rural ético: o agroturismo em Santa Rosa de Lima – SC**. 2006. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2006.

ASSIS, F. O.; MURATORI, A. M. Poluição hídrica por dejetos de suínos: um estudo de caso na área rural do município de Quilombo, Santa Catarina. **Geografar**, v. 2, n. 1, p. 42-59, jan./jun. 2007. Obtido em: www.ser.ufpr.br/geografar Acesso em: 10 jan. 2017.

BRF compra a líder em carne de frango na Turquia. **Diário Catarinense**, p.13, 10 jan. 2017.

CABRAL, L. O. **O Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DAMO, M. R. S. **Análise da descentralização administrativa do governo do estado e os efeitos da fragmentação territorial no oeste catarinense**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DE MURO, P.; HAMDOUCH, A.; CAMERON, S.; MOULAERT, F. Organisations de la société civile, innovation sociale et gouvernance de la lutte contre la pauvreté dans le Tiers-Monde. **Mondes en Développement**, v. 35, n. 139, p. 25-42, 2007.

DORIGON, C. O mercado informal dos produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO/I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, Rio de Janeiro, 15-17 set. 2010. **Anais...** [S.p.].

DOWBOR, L. 2007. Inovação social e sustentabilidade. In: FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. (org.) **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007, p. 35-69.

FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. Inovação social: um conceito em construção. In: FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. (org.) **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007a, p.13-34.

FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. (org.). **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007b.

FILIPPIM, E.; ABRUCIO, F. L. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 212-228, mar./abr. 2010.

FREITAG, R. **A dinâmica da comunicação na rede de agroturismo em Santa Rosa de Lima/SC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2007.

GRAMKOW, A. **Redes e parcerias organizacionais: a experiência da maricultura catarinense**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 611, p. 219-273, 1999.

HILLIER, J.; MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. Trois essays sur le role de l'innovation dans le development territorial. **Géographie, Economie, Société**, v. 6, p. 129-152, 2004.

KUNZLER, L. L.; BADALOTTI, R. M. Bases e importância da agroindústria familiar rural no oeste catarinense. In: 2. SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, 16 a 19 set. 2014. **Anais...** [S.p.].

LINS, H. N. Mudanças econômicas e possibilidades dos territórios: observações sobre a trajetória recente do oeste de Santa Catarina. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 1, p. 94-119, 2017.

MACEDO, D. B. 2012. **Santa Rosa de Lima – SC: uma discussão sobre opções em termos de desenvolvimento em nível territorial**. 2012. Monografia (Graduação em Ciências Econômica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MACHADO, M. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda: estudo de caso para o Distrito de Ribeirão da Ilha, no Município de Florianópolis – SC – Brasil**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MARCONDES, T.; MIOR, L. C.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: EPAGRI, 2012.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIURA, F. Ostra dá lucro no mar catarinense. **Folha de S. Paulo**, 23/10/1996, p. 8 (Caderno Agrofolha).

MORALES GUTIÉRREZ, A.C. Innovación social: un ámbito de interés para los servicios sociales. **Ekaina**, v. 45, p. 151-178, 2009.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. Introduction: social innovation and governance in European cities. **European Urban and Regional Studies**, v. 14, n. 3, p. 195-209, 2007.

MOYANO-ESTRADA, E. Inovação social, governança e desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; MOYANO-ESTRADA, E. (org.). **Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparados de Brasil e Espanha**. Campinas: Alínea, 2015, p. 87-101.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; ALI, R.; SANDERS, B. **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. London: Basingstoke Press, 2007.

MUMFORD, M. Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2002.

OLTRAMARI, A. C.; ZOLDAN, P.; ALTMANN, R. **Agricultura orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Ceba/SC, 2000.

PHILLS JR., J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. J. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, p. 33-43, 2008.

PLEIN, C. A modernização da agricultura brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar no oeste catarinense. **Faz Ciência**, v. 8, n. 1, p. 35-72, 2006.

POLI, O. L. Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. **Cadernos do CEOM**, v. 16, n. 5, p. 107-175, jun. 2002.

ROSA, R. de C. C. **Impacto do cultivo de mexilhões nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina**. 1997. Dissertação (Mestrado em Aquicultura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SAGA – Instituto de Desenvolvimento Regional. **Programas que visam crescimento através da produção agroecológica orgânica, artesanato, piscicultura, entre outros**. Chapecó: SAGA, 2022. Obtido em: <https://www.institutosaga.org.br/projetos-em-andamento> Acesso em: 26 fev. 2022.

SCHMIDT, W.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; SCHMIDT, V. B.; GELBCKE, D. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, P. F. (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED Editora, Florianópolis, 2002, p. 59-110.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SHARRA, R.; NYSENS, M. **Social innovation: na interdisciplinar and critical review of the concept**. Louvain: Université Catholique de Louvain, 2010.

SÍNTESE anual da agricultura de Santa Catarina: 2015-2016. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2016. Disponível em: <https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/> Acesso e, 26 fev. 2022.

SÍNTESE anual da agricultura de Santa Catarina: 2019-2002. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2021.

Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2019_20.pdf Acesso em: 25 fev. 2022.

SLAPNICKA, M. Z. **O agroturismo em Santa Rosa de Lima**: transformações socioculturais na dinâmica de organização do trabalho nas famílias agricultoras. 2008. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2008.

SOTO, C. A.; PINEDA, M. S.; VARGAS, S. M. Z. Procesos de innovación social (IS) como fuente de transformación social de comunidades rurales. **Revista Academia y Virtualidad**, v. 8, n. 2, p. 85-99, 2015.

TAYLOR, J. Introducing social innovation. **Journal of Applied Behavioural Science**, v. 6, n. 1, p. 68-77, 1970.

TESTA, V. M.; MELLO, M. A. de; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria da Agricultura e Política Rural, 2003.

THEIS, I. M., NODARI, T. M. dos S. A agroindústria de aves e o desenvolvimento regional no Meio Oeste de Santa Catarina. **Cadernos de Economia**, v. 4, n. 7, p. 7-28, jul.-dez. 2000.

VEIGA, P. da M.; RIOS, S. P. Cadeias de valor baseadas em recursos naturais: o caso do Brasil. **Textos para Discussão/IPEA**, n. 2173, Brasília: IPEA, fev. 2016.

VINATEA, L. A. A. **Modos de apropriação e gestão patrimonial de recursos costeiros**: estudo de caso sobre o potencial e os riscos do cultivo de moluscos marinhos na Baía de Florianópolis. 2000. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a Science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503-515, 2009.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v. 7, n. 1, p. 3-18, 2009.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, p. 29-45, out. 1999.

ZOLDAN, P. C.; MIOR, L. C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.